

OEA ouve queixas sobre direitos humanos em SP

Mortes de sem-terra no Paraná e torturas em Febem paulista estão entre as denúncias

Débora Ribeiro

• SÃO PAULO. Na primeira visita oficial ao Brasil em que realizou uma sessão extraordinária, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) recebeu ontem denúncias sobre a perseguição e mortes de sem-terra no Paraná e a existência de um grupo de tortura na Febem de São Paulo.

Num encontro realizado ontem no Memorial da América Latina, o relator para o Brasil da CDHI, Juan Méndez, e o presidente da comissão, Hélio Bicudo (ex-deputado federal pelo PT), ouviram os relatos de outras violações dos direitos humanos de várias ONGs. Todo o material recolhido será analisado em Washington, na sede da CDHI.

— Esse primeiro encontro da comissão com a sociedade civil nos possibilitará ter uma visão mais clara e profunda da situação dos direitos humanos no Brasil — disse Bicudo.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos entregou um relatório sobre a crise na Febem e chegou a pedir a intervenção da CIDH.

O Movimento dos Sem-Terra (MST) entregou à comissão uma fita de vídeo com imagens do confronto entre trabalhadores rurais e a polícia do Paraná, quando morreu baleado o agricultor Antônio Tavares, durante repressão a uma manifestação. A gravação exibe pessoas feridas, o corpo do sem-terra assassinado e cenas do enterro. Segundo o MST, o Paraná é o estado brasileiro onde a situação é mais explo-

siva. Os coordenadores do MST afirmam que são dez mil famílias acampadas em estado de tensão. Também foram apresentados números: em todo o ano passado, 18 sem-terra morreram e outros 476 foram presos.

A violência policial também foi assunto do encontro. O ouvidor da polícia de São Paulo, Benedito Camargo Mariano, apresentou os números do primeiro trimestre deste ano: 248 pessoas foram mortas por policiais e mais de 50% delas não tinham antecedentes criminais.

— O setor da segurança pública vive uma crise profunda e é preciso mudar o modelo policial. A polícia deve ser uma só e de caráter civil — disse o ouvidor.

Segundo o pesquisador Paulo de Mesquita Neto, do Núcleo Contra a Violência da USP, as denúncias apresentadas ontem poderão ser transformadas em petições e, conforme a apuração, serem levadas à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

— O Governo brasileiro reconheceu a competência dessa corte no ano passado. Essa primeira reunião é importante para que casos brasileiros sejam apurados e, quem sabe, julgados por uma corte internacional — disse.

O vice-presidente da CDHI, Cláudio Grossman, explicou que os casos recebidos ontem serão avaliados e, futuramente, haverá uma resposta da comissão às entidades denunciadoras.

— Conforme nossa apuração, poderemos voltar ao Brasil para uma visita onde ocorre violação aos direitos humanos — afirmou. ■